

Nem Federação Nem Democracia

Florestan Fernandes

A revisão crítica da "história oficial" mais urgente é a da República. Timbramos por dela ter uma realidade e uma representação pelo avesso, as quais passam por ser o concreto. Não se trata apenas de um "vezo das elites". Elas, sem dúvida, deram um belo retrato de si próprias: quando se mostraram amargas, preferiram recorrer às conseqüências psicológicas e culturais, à "fusão das três raças tristes". Camuflaram o seu desenraizamento por trás de um verniz sombrio e de uma metafísica do real. Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior iniciaram a "história objetiva" e vários historiadores ilustres e mais jovens a aprofundaram e abriram várias trilhas. Contudo, os mitos permanecem de pé. A necessidade da descolonização não foi percebida como um desafio científico ou diluiu-se na compensação psicológica proporcionada pela identidade intelectual européia, que permitia forjar clichês novos, empilhando-os sobre outros preexistentes.

Por que essa evolução? É difícil explicá-la. Há razões palpáveis – a escravidão, por exemplo, favorecia a tomada de uma posição crítica sobre a sociedade colonial e a imperial. A República arrastou consigo e dependeu profundamente de uma vasta herança, que amalgavam traços negativos e padrões culturais repulsivos, mas contou com a imagem do "trabalho livre", a expansão das cidades, o crescimento das indústrias, a rebelião das classes intermediárias (com o tenentismo como foco central), a secularização cultural (com o modernismo como pólo de referência), a cria-

ção das universidades (com a USP como expressão sacramental) e as "revoluções políticas" de lastro renovador, radicais-populares e radicais-burguesas, que se esvaíram deixando o País seguir seu curso tortuoso, o qual chega aos dias atuais. Essa fachada imputou à República uma aparência, que iria do tosco ao civilizado... A tarefa primordial do historiador desvaneceu-se ou foi praticada como quem cuida do seu furúnculo, o que faz do desmascaramento crítico uma obra ciclópica, depois de tantos compromissos e meias verdades... Eis onde nos encontramos!

O grande dilema republicano consiste em que nem a Colônia nem o Império deixaram os requisitos econômicos, sociais, culturais, políticos e psicológicos de uma República burguesa federativa. A mentalidade senhorial se aninhou no íntimo do "espírito capitalista", lançassem ele raízes em atividades econômicas agropecuárias e agrocomerciais, mercantis, bancárias, industriais ou de especulação com aluguéis e empréstimos a juros. A lavra do ouro, importante na seleção de um empreendimento lucrativo para o uso da mão-de-obra escrava, deslocada para o Sudeste, incentivou a transformação do escravo em fator de acumulação acelerada do capital *dentro* do País. Isso acarretou, no contexto de várias tentativas, a escolha do café e a expansão da economia de plantação no oeste paulista. Campinas e São Paulo converteram-se em núcleos potenciais dessa expansão burguesa de um estilo de vida anteriormente "aristocrático" (em termos subjetivos, de *mores* e de orientações da cultura). Ao mesmo tempo, a expansão do setor novo da economia, iniciada sob o impulso da transferência da corte e da *indirect*

Florestan Fernandes – Sociólogo. Deputado Federal (PT-SP). Professor emérito da USP e Docente da PUC-SP.

rule, fizera com que a expansão urbana quebrasse o provincianismo comercial e forçasse a diferenciação da produção, de consumo das elites mas, principalmente, de consumo dos setores pobres e inclusive dos escravos. Nada disso destroçou o patrimonialismo residual das plantações e as bases patriarcais de organização da família e da vida, tanto no campo quanto nas cidades, nos estratos sociais dominantes. Ao inverso do que sucedera nos Estados Unidos, o grau de universalização da autocracia do senhor, do marido, do pai, do homem de pro atingia toda a "gente válida", de norte a sul, de este a oeste (quer a prosápia tivesse fundamento ou não). Portanto, os interesses dos de cima não trabalhavam no sentido de construir uma democracia federativa. A federação contava como fonte de maior autonomia local, provincial ou, por efeitos indiretos, diante do poder central. Porém, o federalismo não aparecia como uma filosofia política sedutora e necessária (com a exceção mais prática que teórica do Rio Grande do Sul). E a democracia não era fonte de preocupação que envolvesse ações políticas de organização do poder e, paralelamente, de autodefesa coletiva das elites diante de prováveis ameaças do "voto popular" (como nos Estados Unidos). As camadas sociais dominantes concentravam o poder solidamente em suas mãos. A República seria, a seus olhos, uma monarquia sem imperador – uma democracia de senhores, das elites para as elites dos mais ricos e poderosos, em suma, uma *democracia restrita*.

A República foi designada como "oligárquica", mas não era nem mais nem menos oligárquica que o Império, com o seu poder aparentemente centralizado e o "homem sábio" que estava à sua testa. Os idealistas e os republicanos utópicos (como Silva Jardim) logo atinaram com os desvios ocorridos. Serviram a uma revolução política em uma sociedade que carecia de uma revolução social. A crítica social, de Tavares Bastos a Joaquim Nabuco e aos propagandistas mais famosos do republicanismo, propunha reformas radicais no modo de produção, na propriedade da terra, no modo de usar a terra e no regime de trabalho. Todos percebiam que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre não iria somente derrubar a dinastia, pois começaria por transformar o escravo, o liberto, o homem pobre livre e o imigrante de meio servo da gleba e de meio assalariado em "trabalhadores livres". Por isso, os líderes dos fazendeiros tomaram a si a temível fórmula "Trabalho livre na Pátria livre" e logo negaram a liberdade intrínseca ao trabalho assalariado. Os trabalhadores tiveram de construir a categoria histórica "trabalho livre" contra a maré, contra os patrões e um Estado que consideravam a greve "questão de polícia" e viam no contrato com os de baixo um papel sem valor (ao contrário da palavra empenhada ou do fio de barba nas relações entre iguais). Na iminência da derrocada da ordem (do modo de produção escravista, do regime estamental, da monarquia), transitaram habilmente para a mais sórdida "conciliação" pactada no tope, fazendo um acordo

com os republicanos que possibilitou reduzir a revolução social prevista a uma revolução política, entre os de cima e para os de cima.

O republicanismo foi sepultado ao nascer. A democracia, funcional para as classes dominantes, mantinha-se aquela que prevalecera antes, extra e anti-republicana. Ou seja, com as alterações havidas ao longo do século XIX, a democracia dos senhores de escravo. Ela definiu a essência da chamada República oligárquica. Em condições inteiramente inadequadas para uma democracia restrita, com as alterações ocorridas na sociedade civil, no modo de produção e no corpo de leis ou na Carta constitucional que delimitava a forma, os conteúdos e o funcionamento do Estado, permanecia em toda a sua força a autocracia senhorial, agora exercitada por cidadãos da República, que tinham peso e voz na sociedade civil e na condução dos negócios do governo. A conciliação não poderia ser mais bárbara e cruel. Ela condenava a República a ser castrada por aqueles que deveriam servi-la e não tornar-se um apêndice da injúria privada (o contraponto republicano da ordem privada). Foi das famílias tradicionais em decadência ou dos rebentos dessas famílias destinados à carreira mais modesta, a militar, que se esboçou a continuidade da crítica social e da oposição à praga do "perrepsismo". De outro lado, seria da "escória social", vista como uma composição dos "inimigos públicos da ordem", especialmente dos operários e artesãos ou pequenos comerciantes, que espoucaria a oposição frontal, que tomou corpo subterraneamente para explodir como o prenúncio de que os de baixo não queriam nem o federalismo nem a "República democrática" engendrados pelo pacto entre fazendeiros e republicanos de ocasião. Estava na natureza das coisas que o primeiro grupo de dissidentes buscava restaurar o nível social e o prestígio. Os "tenentes" demonstraram, logo (embora com algumas exceções), o que os movia e o que queriam do poder. A segunda categoria de inconformistas, por sua heterogeneidade e diversidade de origens sociais, oscilou em torno de várias ideologias. No entanto, todos, sem exceção, tiveram de gravitar na órbita dos interesses e dos conflitos das classes dominantes, exprimindo através delas e das opções que elas abriam (ou fechavam) os seus anseios de regeneração da ordem social existente.

Não obstante as variações estaduais e regionais das formas históricas de manifestação objetiva das tensões e contradições, foi a Aliança Liberal que consubstanciou os ideais de revolução especificamente política emanada do cume dos cidadãos rebeldes e seu movimento cívico de derrubada da "oligarquia". Seu movimento de rebelião vomitou o povo nas ruas – por toda parte, massas insatisfeitas corriam atrás das tropas e de seus líderes, gritando "Queremos Getúlio!" como se, assim, contribuíssem para desencadear o nosso equivalente histórico de "liberdade, igualdade e fraternidade". Os de cima tinham outras idéias e aspirações. Getúlio usou os inconformados como cauda política do movimento burguês. Mas realizou, a partir de cima uma

manobra que no México exigira uma revolução social. Introduziu a legislação trabalhista e a organização dos trabalhadores. Mas atrelou os sindicatos ao Estado e criou um exército de sindicalistas pelegos, que contava como a base social do imenso e duradouro edifício de paz burguesa, montado com recursos financeiros e humanos tirados dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, instituiu organizações de salvaguarda da solidariedade e prestação de serviços dos trabalhadores submetidas ao controle social e à manipulação econômica e política dos patrões. Para completar essa obra, ignorou a situação dos miseráveis da terra, enquanto estabelecia laços orgânicos entre oligarquias rurais e plutocracias urbanas. Através do PSD e do PTB, em luta encarniçada contra o Partido Comunista ou contando com seu apoio tático, engendrou um jogo político que fortaleceu a conciliação de classe e consolidou a condição de cauda política da burguesia dos operários e das massas populares.

Essa era a lógica da situação política. Amadurecendo, a burguesia não se voltou para a discussão dos fundamentos filosóficos e políticos da ordem existente. Ignorou as deformações práticas e institucionais do federalismo e, após curtíssima experiência (1930-34 e 1934-37), substituiu a autocracia dissimulada pela ditadura ostensiva. Como o federalismo, a democracia sequer foi examinada como "mal necessário", como pressuposto ou premissa das reformas e revoluções dentro da ordem, essenciais para o desenvolvimento capitalista. Ela foi encarada como um mal em si, uma fonte de antagonismos sociais que cumpria reduzir ao valor zero, mantendo-se como ritual simbólico, ou eliminar, preservando na prática a *democracia restrita*, instrumental para a conciliação e a reforma que convinham aos estratos com faculdade de decisão das classes burguesas. Não se produziu nenhum clássico político que analisasse e sistematizasse os pontos de vista das facções das classes dominantes. Todavia, foram escritos vários livros de envergadura sobre o "poder autoritário" ou o "Estado autoritário". A queda do Estado Novo não restabeleceu a situação anterior. Nesse interím, as classes trabalhadoras cresceram numericamente e em vigor político. A democracia respondia às exigências cívicas de todas as classes, embora de maneiras diferentes. Ainda assim, a formação de condições para a emergência de uma "democracia de participação ampliada" foi razão suficiente para um golpe de Estado e a imposição de uma ditadura de inspiração militar e de suporte civil (dos reacionários e conservadores mas também dos "patriotas" ambivalentes entre os de cima).

Esse é o limite no qual este balanço se atreve a chegar. Poder-se-ia perguntar: porque os de baixo não realizaram as tarefas históricas que cabiam às velhas e às novas oligarquias? Uma resposta mecanicista afirmaria: porque essas não eram *suas* tarefas de fato. Tal resposta é um equívoco. A questão tinha uma cara concreta diversa: os de baixo estavam empenhados em uma árdua batalha para engendrar, numa sociedade civil bárbara, embora burguesa e imitadora: servil da Europa avançada e dos Estados Unidos, as condi-

ções da existência da civilização, com a validade do contrato, a liberdade de organização e de greve, a dignidade do que não tem peso e voz na sociedade civil etc. Isso quer dizer que, enquanto os líderes carismáticos e as classes cultas contentavam-se com a velha lei do porrete, os de baixo lançavam todo o seu poder de luta social para que se instaurasse uma sociedade civil civilizada. É uma ironia da história. O analfabeto e o marginalizado se engolfavam no combate, que não era iluminista, de esclarecimento de mentes e corações. Na sua vasta maioria não sabiam o que era o federalismo, mas sentiam que ou conquistavam uma República democrática, demolindo a autocracia burguesa e seu modelo de organização republicana, ou seriam mantidos em um submundo, no qual a humanidade do ser humano e a liberdade com igualdade jamais teriam lugar nesta parte dos trópicos. Portanto, não se apresentavam como os campeões de "Ordem e Progresso" (ou como um eco distante do "Homem livre na Pátria livre"). Enquanto erguiam lentamente sua concepção do trabalho livre como categoria histórica, erigiam uma nova sociedade burguesa, na qual acabariam adquirindo peso social e voz política.

Anarquistas, socialistas e comunistas supriam-nos com novas idéias e concepções. Mas estas não se voltavam para o passado distante e as oportunidades que uma burguesia tosca da periferia, com toda sua literatura européia e norte-americana, perdera. Propunham às classes trabalhadoras e aos oprimidos as técnicas sociais para reduzir sua exploração, livrar-se do despotismo burguês na fábrica, na sociedade civil e no Estado, construir uma sociedade nova. O eixo de sua luta repousava em sua autodefesa coletiva e na possibilidade de responder ofensivamente à sua negação como pessoa e como classe. Mesmo no limite da década de 50 essa rotação das classes trabalhadoras é muito clara. Avançar, sempre! Render-se, nunca! Por isso, seu alvo não estava na preservação de um Estado de hegemonia e de opressão absolutas, transferido dos anos mais duros do escravismo, em que se impunha tirar o mais depressa possível o último alento produtivo do escravo, sob a proteção de uma infâmia: os contratos de trabalho com cláusulas de fixação da data de liberdade. Empolgavam-se pelo ideal de elaboração de uma nova sociedade, que desembocasse na democracia da maioria e no socialismo. Não havia, pois, alternância de rotas, passagem de tarefas históricas de uma classe a outra. As oportunidades históricas que a burguesia perdeu durante todo um século agora são o seu fantasma. Elas podem ser descritas como se tivessem sido atendidas. Isso não move uma palha. Só serve para exibir o exterior de um lindo castelo, oco por dentro e podre dos alicerces ao telhado. Não contém nem alimenta sonhos e promessas. É a imagem estática de uma sociedade que só poderia sobreviver sufocando até as reformas burguesas e a "revolução dentro da ordem". Do outro lado, pulsa a história viva, que rejeita o presente e o passado, porque os seres humanos não nasceram para viver em cativeiro, mesmo que a gaiola ou os grilhões sejam feitos de ouro e diamantes. ■